

MENSAGENS DE ALGUNS BISPOS DO TERCEIRO MUNDO

INTRODUÇÃO

Dante dos movimentos profundos que agitam hoje as massas operárias e campesinas do Terceiro Mundo, alguns bispos, pastores desses povos, dirigem esta mensagem a seus padres, a seus fiéis, a todos os homens de boa vontade.

Essa carta prolonga e adapta a Encíclica sobre o Desenvolvimento dos Povos. Da Colômbia, e do Brasil, a Oceania e a China, passando pelo Ceará, pela Iugoslávia e o Oriente Médio, a luz do Evangelho ilumina as indagações que se fazem por toda parte de modo idêntico.

No momento em que povos e raças pobres tomam consciência de si mesmos e da exploração de que são ainda vítimas, essa mensagem dará coragem a todos aquêles que sofrem e lutam pela justiça, condição indispensável da paz.

1 — Bispos de alguns dos povos que sofrem e lutam pelo seu desenvolvimento, juntamos nossas vozes ao apelo angustiante do Papa Paulo VI em sua Encíclica "Populorum Progressio" para tornar claro a nossos padres e fiéis quais são os seus deveres e dirigir a todos os nossos irmãos do Terceiro Mundo algumas palavras de encorajamento.

2 — Situadas neste Terceiro Mundo, nossas Igrejas se encontram misturadas no conflito no qual se afrontam hoje, não sómente o Oriente e o Ocidente, mas os três grandes grupos de povos: as potências ocidentais enriquecidas no último século, os dois grandes países comunistas que se tornaram grandes potências, enfim, este Terceiro Mundo que busca ainda um meio de escapar à influência dos grandes, para se desenvolver livremente. Em algumas nações desenvolvidas, entretanto, certas classes sociais, certas raças ou certos povos não conseguiram ainda o direito a uma vida verdadeiramente humana. Uma influência irresistível trabalha êstes povos pobres para sua pro-

moção pela libertação de todas as forças de opressão. Se a maior parte das nações conseguiu conquistar sua liberdade política, raros são ainda os povos econômica e socialmente livres. Raros são igualmente aquêles onde reina a igualdade social, condição indispensável para uma verdadeira fraternidade, pois a paz não pode existir sem a justiça. Os povos do Terceiro Mundo formam o proletariado da humanidade atual explorado pelos grandes e ameaçado em sua própria existência por aquêles que sózinhos se arrogam o direito, porque são os mais fortes, de serem os juízes e os policiais dos povos materialmente menos ricos. Ora, nossos povos não são nem menos sábios, nem menos justos que os grandes deste mundo.

I — LIBERDADE A RESPEITO DOS SISTEMAS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS

3 — Na evolução atual do mundo, revoluções se fizeram e se fazem. Nada têm elas de surpreendente. Todos os poderes hoje estabelecidos surgiram numa época mais ou menos longínqua, de uma revolução, isto é, de uma ruptura com um sistema que já não garantia o bem comum, e da instauração de uma nova ordem, mais apta a procurá-lo. Todas as revoluções não são necessariamente boas. Há as que são apenas revoltas políticas, que levam apenas a trocas de opressão do povo. Algumas fazem mais mal que bem, "gerando novas injustiças..." ("Populorum Progressio"). O ateísmo e o coletivismo aos quais alguns movimentos sociais crêem dever ligar-se, são graves perigos para a humanidade. Mas a história mostra que certas revoluções eram necessárias e se libertaram de sua anti-religião momentânea, produzindo bons frutos. Ninguém mais contesta a revolução que em 1789, na França, permitiu a afirmação dos direitos do homem (Cfr. *Pacem in Terris*). Muitas nações nossas deveram ou devem realizar essas transformações profundas. Qual deve ser a atitude

dos cristãos e da Igreja, diante de tal situação? Paulo VI já clareou nosso caminho sobre o progresso dos povos (*Populorum Progressio*, 30, 31 e 32).

4 — Do ponto de vista doutrinal, a Igreja sabe que o Evangelho exige primeiro a radical revolução que tem nome de conversão, volta total do pecado à graça, do egoísmo ao amor, do orgulho ao humilde serviço. Esta conversão não é sómente interior e espiritual, visa todo o homem, corporal e social ao mesmo tempo que espiritual e pessoal. Ela tem um aspecto comunitário, cheio de consequências para toda a sociedade, não sómente para a vida dos homens aqui na terra, mas sobretudo para a vida interna em Cristo, que elevado da terra, atrai a Si toda a humanidade. Tal é, aos olhos dos cristãos, o desabrochamento integral do homem. Também o Evangelho tem sido visível ou invisivelmente, através da igreja ou fora das igrejas, o fermento mais poderoso das mudanças profundas da humanidade nesses vinte séculos.

5 — Entretanto, em sua peregrinação histórica aqui na terra, a Igreja praticamente está sempre ligada ao sistema político, social e econômico que, em tal momento da História, assegura o bem comum, ou pelo menos, uma certa ordem social. Acontece mesmo que as Igrejas se acham de tal maneira unidas a um sistema, que se chega a crer que elas estão confundidas, unidas numa só carne como no casamento. Mas, a Igreja não tem senão um único espôs, Cristo. Não está absolutamente esposada a nenhum sistema e muito menos ao "imperialismo internacional do dinheiro". (*Populorum Progressio*). Como não está ligada à realeza ou ao feudalismo do antigo regime e como não estará amanhã a este ou àquele socialismo. Basta olhar para a História, para ver que a Igreja sobreviveu à ruína dos poderes que num tempo acreditaram dever protegê-la ou poder utilizá-la. Hoje a Doutrina Social da Igreja, reafirmada no Vaticano II, está liberta deste imperialismo do dinheiro, que se pensar ser uma das forças às quais ela esteve ligada durante algum tempo.

6 — Depois do Concílio, vozes se elevam enérgicas, pedindo que se acabe com este conluio temporário da Igreja e do dinheiro, denunciado de vários lados. Alguns bispos (cf. *Populorum Progressio*), que cita o exemplo do pranteado bispo de Talca, Chile, D. Manuel la Raian), já deram o exemplo. Nós temos o dever de fazer um sério exame de nossa situação a esse respeito e de libertar a nossa Igreja de toda servidão a respeito da

grande finança internacional. "Não se pode servir a Deus e ao dinheiro".

7 — Diante da evolução atual do imperialismo do dinheiro, devemos dirigir a nossos fiéis e a nós mesmos a advertência que dirigia aos cristãos de Roma o vidente de Patmos, diante da queda iminente desta grande cidade prostituída pelo luxo, graças à opressão dos povos e ao tráfico dos escravos: "Sai ó meu povo, deixai-a com medo de que solidários às suas faltas, tenhais que sofrer suas aflições" (Apoc. 18,4).

8 — A Igreja nunca é solidária — naquilo que ela tem de essencial e permanente, isto é, sua fidelidade e sua comunhão com Cristo no Evangelho a nenhum sistema político, econômico e social. Desde que um sistema cesse de assegurar o bem comum deve não sómente denunciar a injustiça, mas libertar-se do sistema iníquo, pronta a colaborar com outro sistema melhor adotado às necessidades do tempo e mais justo.

II — FIDELIDADE AO POVO

9 — Isto vale para os cristãos, como para seus chefes hierárquicos e para as Igrejas. Não temos, aqui na Terra, cidades permanentes, pois nosso chefe, Cristo, quis sofrer fora da cidade (HEB. 13, 12, 14). E nenhum dentre nós fique preso a privilégios e a dinheiro. Mas que esteja pronto a "pôr em comum seus bens... pois, é com êsses sacrifícios que Deus se compraz". (HEB. 13,16). Mas se não somos capazes de fazê-lo de bom grado e por amor, saibamos, ao menos, reconhecer a mão de Deus que nos corrige como filhos, nos acontecimentos que nos obrigam a esse sacrifício (HEB. 12,5).

10 — Não julgamos nem condenamos nenhum daqueles que diante de Deus creram ou crêem dever-se exilar para salvaguardar sua fé ou a de seus filhos. Os únicos que devem ser condenados, com energia, são aqueles que expulsam populações, oprimindo-as, material ou espiritualmente, ou tomando suas terras. Os cristãos e seus pastores têm a peito ficar no meio ao povo, na Terra que é sua. A História nos mostra que raramente é bom que um povo se exile para longe de sua terra e se refugie alhures. Ele defende sua terra contra o estrangeiro injusto, agressor, ou aceita as mudanças de regime que se lhe impõem em seu país. É um erro dos cristãos fazer cessar a solidariedade de seu país e de seu povo na hora da prova, sobretudo se êsses cristãos são ricos e não fogem, na rea-

lidade, senão para salvar suas riquezas e seus privilégios. Certamente uma família ou uma pessoa pode ser obrigada a emigrar para procurar trabalho, de acordo com o direito de emigração (Cf. *Pacem in terris*). Mas, êxodos maciços de cristãos podem provocar situações lamentáveis. E' em sua terra, em seu povo, que os cristãos são normalmente chamados por Deus para realizar sua vida em solidariedade com seus irmãos de qualquer religião que seja, para ser entre êles testemunhas do amor de Cristo, por todos.

11 — Quanto a nós, padres e bispos, temos um dever mais premente ainda de permanecer em nosso lugar, pois somos os vigários do Bom Pastor, o qual longe de fugir, como os mercenários em dia de perigo, fica no meio do rebanho pronto a dar sua vida pelos seus (JO. 10, 11, 18). Se Jesus falou a seus apóstolos para passar de cidade em cidade (Mat. 10,23,) foi Únicamente no caso de perseguição pessoal por causa da fé, isto é, diferente dos casos de guerra ou de revolução, abrangendo todo um povo, cujo pastor a êle se sentir sólidário. Este deve permanecer no meio do povo. Se todo o povo decidisse exiliar o pastor poderia seguir seu rebanho. Mas êle não pode saír-se sózinho, nem com uma minoria de aproveitadores ou medrosos.

12 — Ainda mais, os cristãos e seus pastores devem saber reconhecer a mão do Todo-Poderoso nos acontecimentos que periodicamente depõem os poderosos de seus troncos e levam os humildes, despedem os ricos de mãos vazias e saciam os falmintos. Hoje, "o mundo pede, com tenacidade e virilidade, o reconhecimento da dignidade humana em tôda a sua plenitude, a igualdade social de tôdas as classes" (Intervenção no Concílio do Patriarca Maximus, 27/X/64). Os cristãos e todos os homens de boa vontade só podem aderir a êsse movimento, mesmo se precisarem renunciar a seus privilégios e a suas fortunas pessoais, em proveito da comunidade humana, uma socialização maior. A Igreja não é de modo algum protetora das grandes propriedades. Pede com João XXIII que a propriedade seja difundida a todos, pois ela tem, em primeiro lugar, uma destinação social "Mater et Magistra", n.º 89-91. Paulo VI lembrava, Ultimamente, a palavra de São João: "se algum, gozando das riquezas dêsse mundo, vê seu irmão na necessidade e se lhe acha as entradas, como permanecerá nêle o amor de Deus? (JO 3,17) e a palavra de Santo Ambrósio: "a terra é dada a

todos e não sómente aos ricos" (POP. PROGR 23).

13 — Tanto os padres orientais como os ocidentais repetem o Evangelho: "divide tua colheita com teus irmãos, divide essas colheitas que amanhã terão apodrecido. Atroz avarice que tudo deixa embolar em vez de encaminhar as coisas aos miseráveis!". "A quem prejudico, diz o aventureiro, guardando o que me pertence!". Mas quais são, dize-me, os bens que te pertencem? De onde os tirastes? Tu te pareces ao homem que, tomando o lugar no teatro, gostaria de impedir aos outros a entrada para assistir ao espetáculo a que todos têm o direito. Assim, são os ricos: dos bens comuns que conseguiram, êles se declararam os donos, porque são os primeiros ocupantes. Se cada um só guardasse o que é requerido para as suas necessidades habituais e deixasse aos indigentes o supérfluo, a riqueza e a avarice seriam abolidas... Ao faminto pertence o pão que guarda. Ao homem nu, o manto que mofa em seu armário. Ao descalço, o calçado que apodrece em tua casa. Ao miserável, o dinheiro que guarda enterrado. Assim como opriimes tantas pessoas, tantas poderás ajudar. Não é tua avidez que se condena aqui, mas tua recusa de repartir (São Basílio, HOM. 6, Contra a riqueza).

O CAPITALISMO

14 — Tomando consciência de certas necessidades para alguns progressos materiais, a IGREJA, há um século, tolerou o capitalismo como o empréstimo a interesse legal e seus outros usos pouco confortáveis à moral dos profetas e do Evangelho. Mas ela só pode alegrar-se vendo aparecer, na Humanidade, um outro sistema social menos afastado dessa moral. Caberá aos bispos de amanhã, conforme o convite de Paulo VI, "reconduzir a suas verdadeiras origens, que são cristãs, essas correntes de valores morais que são a solidariedade, a fraternidade, a socialização. (Cf. ECCLESIA SUAM).

Os cristãos têm o dever de mostrar que o verdadeiro "socialismo" é o cristianismo integralmente vivido, a justa divisão dos bens e a igualdade fundamental de todos. Longe de aborrecê-lo, saímos aderir a êle com alegria, como uma forma de vida social melhor adaptada a nosso tempo e mais conforme ao espírito do Evangelho. Evitaremos, assim, que alguns confundam Deus e a religião com os opressores do mundo, dos pobres e

dos trabalhadores, que são, com efeito, o feudalismo, o capitalismo e o imperialismo. Esses sistemas desumanos produziram outros opressores, que, desejando libertar os povos, opõem as pessoas, quando caem no coletivismo totalitário e na perseguição religiosa. Mas, Deus e a verdadeira religião nada têm a ver com as diferentes modalidades de "mamon" da iniquidade. Ao contrário. Deus e a verdadeira religião estão sempre com aqueles que procuram promover uma sociedade mais equitativa e fraternal entre todos os filhos de Deus na grande família humana.

A HUMANIDADE NOVA

15 — A Igreja saúda com alegria e orgulho uma humanidade nova onde a honra não é mais devida ao dinheiro acumulado nas mãos de alguns, mas, aos trabalhadores, operários e campesinos, pois a Igreja nada é sem Aquelle que incessantemente dá seu ser e seu agir. Jesus de Nazaré, que durante tantos anos quis trabalhar com suas mãos para revelar a eminente dignidade dos trabalhadores. "O operário é infinitamente superior a todo dinheiro", como o lembrava um bispo no Concílio (Intervenção no Concílio — G. HAKIM, arcebispo de Galiléia, 10/XI/64). Um outro bispo de um país socialista declarava igualmente: "Se os operários não chegarem a ser de alguma maneira proprietários de seu trabalho, todas as reformas de estrutura permanecerão ineficazes. Ainda que os operários, às vezes, recebam um salário mais elevado, em certo sistema econômico, eles não se contentarão com êsses aumentos de salário. Com efeito, eles querem ser proprietários e não vendedores de seu trabalho. Hoje, os operários tornam-se cada vez mais conscientes de que o trabalho constitui uma parte da pessoa humana. Mas, a pessoa humana não pode nem ser vendida nem se vender. Toda a venda ou compra do trabalho é uma espécie de escravidão... A evolução da sociedade humana progride nesse sentido, e certamente mesmo nesse sistema que se diz não ser tão sensível como nós à dignidade da pessoa humana, isto é, o marxismo". (F. FRANIC, SPLIT, YONZO — SLAVE, 4.10.65).

16 — Vale dizer que a Igreja se rejubila ao ver desenvolverem-se, na Humanidade, formas de vida social em que o trabalho encontra seu verdadeiro lugar, que é o primeiro. Como o reconhecia o arcipreste Borovoe, no Concílio Ecumênico da

Igreja, nós, cometemos o erro de nos acomodar a princípios jurídicos pagãos, herdados da Roma antiga, mas nesse domínio o Ocidente não pecou menos que o Oriente. "De todas as civilizações cristãs, o bizantismo foi o que mais contribuiu para santificar simplesmente um mal social. Adotou, sem objeção, toda a herança social do mundo pagão e lhe conferiu a união sagrada. O direito civil do Império Romano pagão foi preservado sob a vestes da tradição eclesiástica durante mais de mil anos em Bizâncio e na Europa medieval e durante séculos na Rússia a partir da época (Sec. XVI), em que este país começou a considerar-se herdeiro de Bizâncio. Mas é radicalmente oposto à tradição social do cristianismo primitivo e dos padres gregos, à tradição missionária do nosso Salvador e ao conteúdo do ensinamento dos profetas do Antigo Testamento, que nunca envergaram" (C.O.E.E. 12-7-66, Igreja e Sociedade, Genebra).

III — FIDELIDADE A PALAVRA DE DEUS

17 — Que ninguém procure em nossas palavras uma inspiração política qualquer. Nossa única fonte é a palavra daquele que falou por seus profetas e apóstolos. A Bíblia e o Evangelho denunciam como pecado contra Deus toda afronta à dignidade do homem criado à sua imagem. Nesta exigência de respeito à pessoa humana, os ateus de boa fé se reúnem hoje aos crentes para um comum serviço em favor da Humanidade, à procura da Justiça e da Paz. Também é a todos que nós podemos dirigir com confiança palavras de estímulo, porque é preciso para todos muita coragem e força para levar a bom término a imensa e urgente tarefa — que só ela pode salvar o Terceiro Mundo da miséria e da fome, e livrar a Humanidade da catástrofe de uma guerra nuclear: "nunca mais a guerra, abaixo as armas", Paulo VI na ONU.

O POVO DOS POBRES

18 — O povo dos pobres e os pobres dos povos, no meio dos quais o Misericordioso nos colocou como pastores de um pequeno rebanho sabem, por experiência, que devem contar mais consigo mesmos e com suas próprias forças do que com a ajuda dos ricos. É certo que algumas nações ricas ou alguns ricos das nações concedem uma ajuda apreciável a nossos povos, mas seria uma ilusão

esperar passivamente uma livre conversão de todos aquêles contra os quais nosso pai Abraão nos previne: "que êles não escutarão, nem mesmo alguém que ressuscite entre os mortos". (LUC. 15, 31). E' antes de tudo, aos próprios povos pobres e aos pobres dos povos que compete realizar sua própria promoção. Que êles readquiram confiança em si mesmos, que se instruam, saindo do analfabetismo, que trabalhem com tenacidade para construir seu destino, que se cultivem utilizando todos os meios que a sociedade moderna põe a sua disposição, escola, transmissores, jornais; e escutem os que podem despertar e formar a consciência das massas e sobretudo a palavra dos seus pastores. Que êstes lhes distribuam, na íntegra, a palavra da Verdade e o Evangelho de Justiça. Que os leigos militantes dos movimentos apostólicos compreendam e ponham em prática a exortação de nosso Papa Paulo VI: "...cabe aos leigos, por suas livres iniciativas e sem esperar passivamente ordens e diretrizes, incutir o espírito cristão na mentalidade e nos costumes, nas leis e estruturas de sua comunidade de vida. Mudanças são necessárias, reformas profundas indispensáveis: devem trabalhar resolutamente para lhes insuflar o espírito evangélico..." (POP. PROGR. N.º 81). Cuidem que os pobres e os trabalhadores se unam, pois só a união faz a força dos pobres, para exigir e promover a Justiça na Verdade.

NÃO É ÓPIO DO POVO

19 — É de Verdade e Justiça, antes de tudo, que o povo tem fome e todos aquêles que receberam o encargo de instruir e educar devem dar-se a isso com entusiasmo. Certos êrros devem ser urgentemente dissipados: não!, Deus não quer que haja ricos que se aproveitem dos bens dêste mundo, explorando os pobres. Deus não quer que haja pobres sempre miseráveis. A religião não é um ópio para o povo. A religião é uma força que eleva os humildes e abate os orgulhosos, que dá o pão aos famintos e priva de viveres os saciados. E' certo que Jesus nos previne de que sempre haverá pobres entre nós (jo 12,8), mas é porque sempre haverá ricos para açambarcar os bens dês te mundo, e também certas desigualdades devidas às diferentes capacidades e outros fatores inevitáveis. Mas Jesus nos ensina que o segundo mandamento é igual ao primeiro, pois não podemos amar a Deus sem amar seus irmãos, os homens. Ele nos previne de que todos nós, homens, sere-

mos julgados por uma só palavra: "tive fome e me destes de comer... Eu era aquele que tinha fome" (Mat. 25, 31, 46). Tôdas as grandes religiões, as grandes sabedorias da Humanidade, fazem eco a esta palavra. Assim, o Alcorão anuncia a última prova à qual os homens são submetidos ao julgamento de Deus. "Qual é essa prova? Resgatar os cativeiros, alimentar durante a penúria o órfão... ou o pobre deitado no chão... e fazer da misericórdia, lei" (SOUR 90, 12-18).

20 — Temos o dever de dividir o nosso pão, e todos nós, nossos bens. Se alguns pretendem açambarcar para si o que é necessário aos outros, é, então, um dever dos poderes públicos impor a divisão que não foi feita de bom grado. O Papa Paulo VI faz disso menção em sua última encíclica: "O bem comum exige por vezes a expropriação, se certos domínios formam obstáculo à propriedade coletiva, pelo fato de sua extensão, de sua exploração fraca ou nula, da miséria que daí resulta para populações, do prejuízo considerável causado aos interesses do País". Afirmando-o com clareza, o Concílio também lembrou, não menos claramente, que o rendimento disponível não está entregue ao livre capricho dos homens, e que as especulações egoísticas devem ser banidas. Assim, não é admissível que cidadãos, com grandes rendimentos, provenientes da atividade e dos recursos nacionais transferiram uma parte considerável para o estrangeiro, com proveito apenas pessoal, sem se importarem do mal evidente que, com isso, causam à Pátria. (Pop. Progr. n.º 24). Não se pode absolutamente admitir que ricos estrangeiros venham explorar nossos povos pobres, sob pretexto de fazer ai comércio ou indústria como não se pode tolerar que alguns ricos explorem seu próprio povo. Isso provoca exasperação de nacionalismos sempre lamentáveis, opostos a uma verdadeira colaboração dos povos.

21 — O que é certo nos indivíduos o é igualmente nas nações. Por infelicidade, hoje, nenhum governo, verdadeiramente mundial, pode impor a justiça entre os povos e repartir equitativamente os bens. O sistema econômico, atualmente em vigor, permite às nações ricas enriquecerem-se sempre mais, mesmo quando ajudam um pouco as nações pobres, que proporcionalmente se empobrecem. Estas têm, pois, o dever de exigir por todos os meios legítimos em seu poder a instauração de um governo mundial, onde todos os povos, sem exceção alguma, sejam representados e que sejam capaz de exigir e até de impor uma divisão equi-

tativa dos bens, condição indispensável para a Paz. (Cfr. *Pacem in Terris*, 137: Pop. Proj.' 70).

22 — Dentro mesmo de cada nação, os trabalhadores têm o direito e o dever de se unir em verdadeiros sindicatos para exigir e defender seus direitos, salário justos, férias pagas, segurança social, salário-família, participação na administração da empresa... Não basta que êsses direitos sejam conhecidos pelas leis no papel. Essas leis devem ser observadas e cabe aos governos exercer seu poder nesse domínio, em favor dos trabalhadores e dos pobres. Os governos devem-se aplicar e fazer cessar essa luta de classes que, ao contrário do que se sustenta ordinariamente, os ricos, o mais das vezes, desencadeiam e continuam a alimentar contra os trabalhadores, explorando-os com salários insuficientes e condições desumanas de trabalho. É uma guerra subversiva que o dinheiro, há muito tempo, alimenta estimuladamente, através do mundo, massacrando povos inteiros. Há muito que os povos pobres, sustentados e guiados por seus governos legítimos, defendem eficazmente seu direito à vida. Deus, com efeito, se revelou a Moisés, dizendo: "Eu vi a miséria do meu povo; ouvi o grito que lhe arrancam seus exploradores... e resolvi libertá-lo" (Êxodo, 3.7).

Jesus, finalmente, tomou sobre si a Humanidade para conduzi-la à vida eterna, cuja preparação, aqui na terra, é a Justiça Social, primeira forma de amor fraternal. Quando, pela sua Ressurreição Cristo salva a Humanidade da morte, conduz elas todas as liberações humanas à sua plenitude eterna.

23 — Igualmente a todos dirigimos essas palavras, Arcebispo de Vitória, Brasil; Luís Gonzaga Fernandes, auxiliar de Vitória, ES, Brasil; Georges Mercier, Bispo de Laghouat, Saara, Argélia; Michel Darmancier, Bispo de Walle et Fuguei a cabeça, porque vossa libertação está próxima", (Luc. 21, 28).

15 de agosto de 1967.

a) — Hélder Câmara, Arcebispo do Recife, Nordeste, Brasil; João Batista da Mota e Albulavras do Evangelho, que alguns dentre nós dirigiram o ano passado, a seu povo, vítimas dessa mesma inquietude e animados da mesma esperança que todos os povos do Terceiro Mundo: "Nós vos exortamos a permanecerdes firmes e intrépidos, como fermento evangélico do mundo do trabalho, confiantes na palavra de Cristo: levantai-vos e errai, Oceania; Amand Hubert, Vigário Apostólico de Heliópolis, Egito, RAU; Arbel Unibert, Vigário Apostólico de Florença, Colômbia; Severino Mariano de Aguiar, Bispo de Pesqueira, Pernambuco, Brasil; Frank Franic, Bispo de Split, Iugoslávia; Francisco Austregésilo de Mesquita, Bispo de Afogados de Ingazeira, Pernambuco, Brasil; Gregório Haddad, Bispo-Auxiliar de Beirute, Líbano; Manuel Pereira da Costa, Bispo de Campina Grande, Paraíba, Brasil; Carlo Van Melckbeke, Bispo de Ning Hsia, China; Antônio Batista Fragoso, Bispo de Cratéus, Ceará, Brasil; Etienne Loosdrecht, Bispo de Vietnã, Laos; Jac Grent, Bispo de Tual, Maluku, Indonésia; David Picão, Bispo de Santos, São Paulo, Brasil.